



BOLETIM

GEOCORRENTE

ANO 5 • Nº 106 • 14 DE NOVEMBRO DE 2019

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando corresponder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Ademais, algumas edições contam com a seção "Temas Especiais".

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporcionam uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar no Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 350 palavras ao processo avaliativo por pares.

Os textos contidos neste Boletim são de responsabilidade exclusiva dos autores, não retratando a opinião oficial da EGN ou da Marinha do Brasil.

CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação.

Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca - CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

TEL.: (21) 2546-9394 | E-mail: geocorrentenac@gmail.com

Esta e as demais edições do BOLETIM GEOCORRENTE poderão ser encontrados na home page da EGN:

<https://www.marinha.mil.br/egn/boletim_geocorrente>



DIRETOR DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL
EDGAR LUIZ SIQUEIRA BARBOSA

**SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS
GRADUAÇÃO DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL**
MARCIO MAGNO DE FARIAS FRANCO E SILVA

CONSELHO EDITORIAL
EDITOR RESPONSÁVEL
LEONARDO FARIA DE MATTOS (EGN)

EDITOR CIENTÍFICO
FRANCISCO EDUARDO ALVES DE ALMEIDA (EGN)

EDITORES ADJUNTOS
JANSEN COLI CALIL NASCIMENTO ALMEIDA DE OLIVEIRA (EGN)
JÉSSICA GERMANO DE LIMA SILVA (EGN)
NOELE DE FREITAS PEIGO (FACAMP)
PEDRO ALLEMAND MANCEBO SILVA (UFRJ)

PEQUISADORES DO NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DA CONJUNTURA

ÁFRICA SUBSAARIANA

DAVID SEVERO PEREIRA FRANÇA PINTO (UERJ)
FRANCO NAPOLEÃO AGUIAR DE ALENCASTRO GUIMARÃES (PUC-RIO)
ISADORA JACQUES DE JESUS (UFRJ)
JOÃO VICTOR MARQUES CARDOSO (UNIRIO)
VIVIAN DE MATTOS MARCIANO (UFRJ)

AMÉRICA DO NORTE E CENTRAL

ANA CLÁUDIA FERREIRA DA SILVA (UFRJ)
CAROLINA CÔRTEZ GÓIS (PUC-RIO)
JÉSSICA PIRES BARBOSA BARRETO (EGN)
VICTOR CABRAL RIBEIRO (UFRJ)
VICTOR EDUARDO KALIL GASPAR FILHO (EGN)

EUROPA

ARIANE DINALLI FRANCISCO (UNIVERSITÄT OSNABRÜCK)
DANIEL SANTOS KOSINSKI (UFRJ)
DOMINIQUE MARQUES DE SOUZA (UFRJ)
GLAYCE KEROLIN RODRIGUES MAXIMIANO (UFRJ)
MATHEUS SOUZA GALVES MENDES (EGN)
MELISSA ROSSI (SUFFOLK UNIVERSITY)
NATHÁLIA SOARES DE LIMA DO VALE (UERJ)
THAÏS ABYGAËLLE DEDEO (UNIVERSITÉ DE PARIS 3)

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

ANA LUIZA COLARES CARNEIRO (UFRJ)
ANDRÉ FIGUEIREDO NUNES (ECEME)
SHAKILA DE SOUSA AHMAD (UFRJ)
TAYNARA RODRIGUES CUSTÓDIO (EGN)

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

MATHEUS BRUNO FERREIRA ALVES PEREIRA (UFRJ)
THAYNÁ FERNANDES ALVES RIBEIRO (UFF)
VINÍCIUS DE ALMEIDA COSTA (EGN)

TEMAS ESPECIAIS

ALESSANDRA DANTAS BRITO (EGN)
BEATRIZ VICTÓRIA ALBUQUERQUE DA SILVA RAMOS (EGN)
LOUISE MARIE HUREL SILVA DIAS (LONDON SCHOOL OF ECONOMICS)

AMÉRICA DO SUL

ADRIANA ESCOSTEGUY MEDRONHO (EHES)
BEATRIZ MENDES GARCIA FERREIRA (UFRJ)
CARLOS HENRIQUE FERREIRA DA SILVA JÚNIOR (UFRJ)
GABRIELA DE ASSUMPÇÃO NOGUEIRA (UFRJ)
JOÃO FELIPE DE ALMEIDA FERRAZ (UFRJ)
PEDRO EMILIANO KILSON FERREIRA (UNIVERSIDADE DE SANTIAGO)

ÁRTICO & ANTÁRTICA

ANA CAROLINA FERREIRA LAHR (EGN)
GABRIELE MARINA MOLINA HERNANDEZ (UFF)
LAILA NEVES LORENZON (UFRJ)
PEDRO ALLEMAND MANCEBO SILVA (UFRJ)
RAPHAELLA DA SILVA DIAS COSTA (UFRJ)

LESTE ASIÁTICO

ELY PEREIRA DA SILVA JÚNIOR (UERJ)
JOÃO PEDRO RIBEIRO GRILO CUQUEJO (IBMEC)
MARCELLE TORRES ALVES OKUNO (IBMEC)
PHILIPPE ALEXANDRE JUNQUEIRA (UERJ)
RODRIGO ABREU DE BARCELLOS RIBEIRO (UFRJ)
VINÍCIUS GUIMARÃES REIS GONÇALVES (UFRJ)

RÚSSIA & Ex-URSS

JOSÉ GABRIEL DE MELO PIRES (UFRJ)
LUIZA GOMES GUITARRARI (UFRJ)
PEDRO MENDES MARTINS (ECEME)
PÉRSIO GLÓRIA DE PAULA (UFF)

SUL DA ÁSIA

JOÃO MIGUEL VILLAS-BOAS BARCELLOS (UFRJ)
MARINA SOARES CORRÊA (UFRJ)
REBECA VITÓRIA ALVES LEITE (EGN)

ÍNDICE

AMÉRICA DO SUL

Argentina: o retorno das Ilhas Malvinas na política externa 4

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

Trudeau garante a vitória, mas não o governo majoritário 5

Violência no México acentua-se ante o Estado incapaz de lidar com ela 5

ÁFRICA SUBSAARIANA

O reflexo da instabilidade política na segurança marítima na costa oeste africana 6

EUROPA

Aumento da presença militar da OTAN nos Bálticos: nova Guerra Fria com a Rússia? 7

Italexit: seria a Itália a próxima? 8

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Revolução de Outubro: o bloqueio do porto à luz das manifestações iraquianas 8

Diplomacia do petróleo da Arábia Saudita 9

RÚSSIA & Ex-URSS

A visita do presidente cubano a Moscou e a expansão russa na América Latina 9

O crescimento dos portos árticos russos 10

LESTE ASIÁTICO

Força Marítima de Autodefesa do Japão no Oriente Médio 10

SUL DA ÁSIA

Conferência da Marinha indiana discute a importância do Índico e da modernização naval 11

Parceria energética Índia-Arábia Saudita 12

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

Filipinas: Defesa e Economia 12

ÁRTICO & ANTÁRTICA

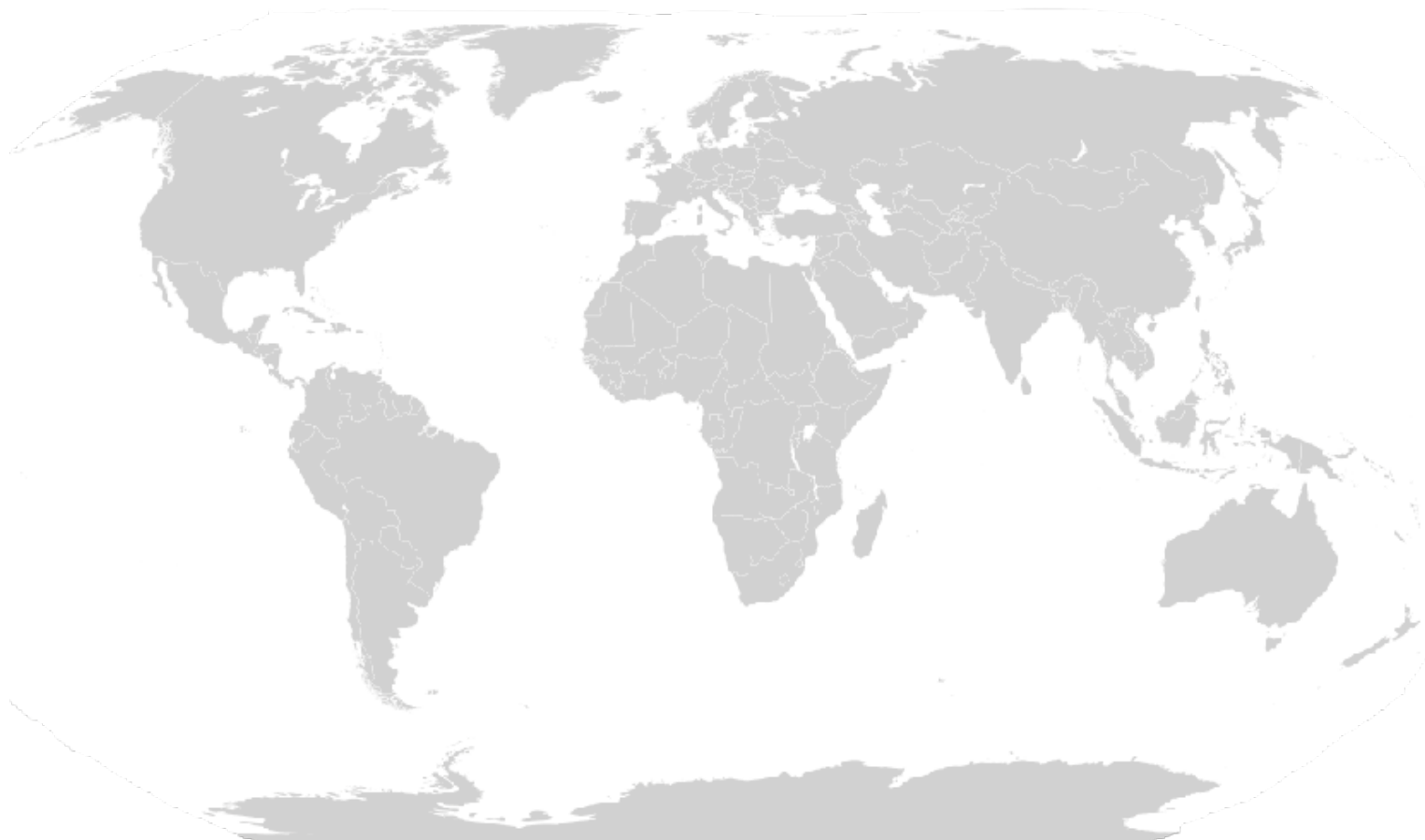
Austrália e China: um jogo de paciência no tabuleiro austral 13

Artigos Seleccionados & Notícias de Defesa 13

Calendário Geocorrente 13

Referências 14

REGIÕES ABORDADAS NESTA EDIÇÃO



Clique no círculo para ser redirecionado ao texto relacionado

Argentina: o retorno das Ilhas Malvinas na política externa

Carlos Henrique Ferreira

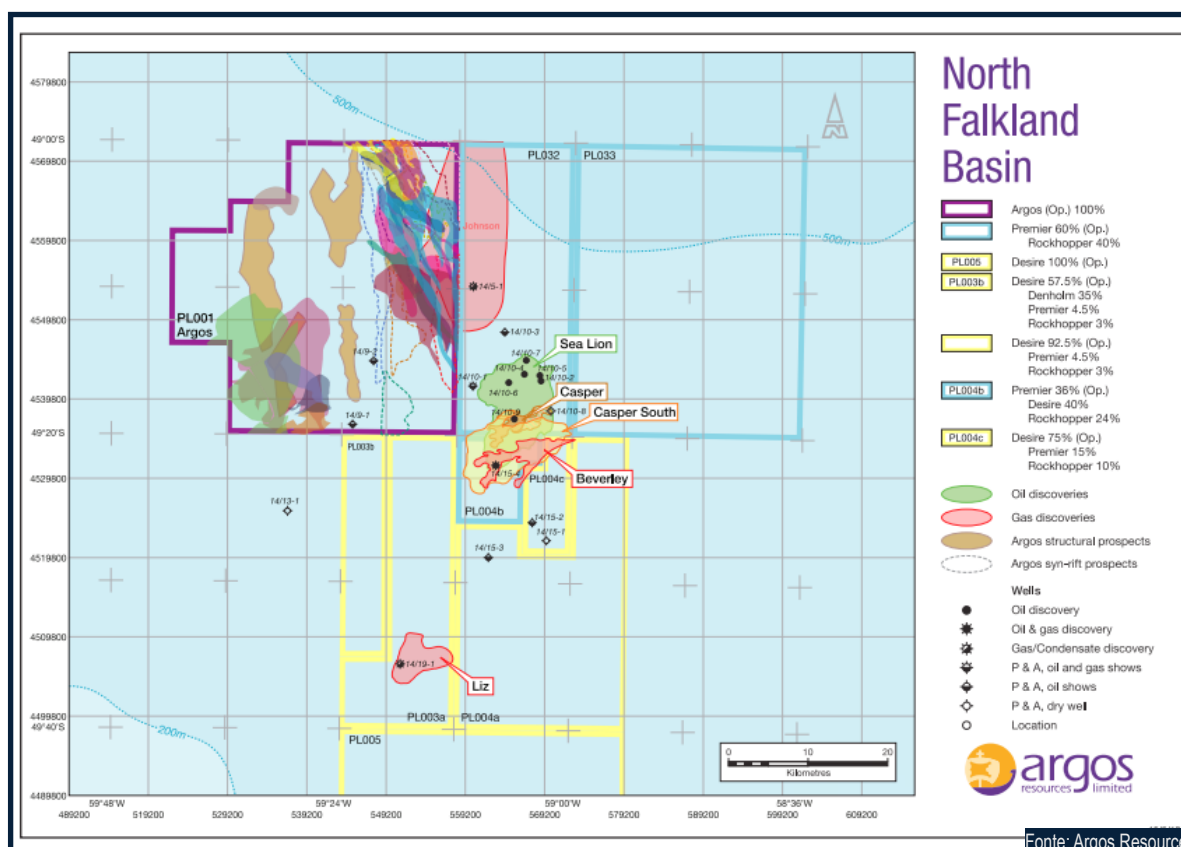
No dia 27 de outubro de 2019, Alberto Ángel Fernández foi eleito, em turno único, presidente da Argentina, tendo Cristina Kirchner como vice. Com um alinhamento político distinto de Mauricio Macri, atual presidente, o futuro mandatário pontuou um dos nortes para sua política externa: garantir a defesa da soberania argentina sobre as Ilhas Malvinas. Como defendido no penúltimo debate eleitoral, para Fernandez a soberania das Malvinas foi negligenciada pela gestão Macri, que não discutiu o assunto no debate, desonrando um sentimento nacional, bem como os envolvidos na guerra de 1982, travada e perdida contra o Reino Unido.

Após o debate em questão, três petroleiras foram advertidas pelo governo argentino por atuarem na prospecção de hidrocarbonetos nas Malvinas: *Premier Oil*, *Rockhopper* (campo *Sea Lion*) e *Argos Resources* (bloco PL001). O Ministério das Relações Exteriores da Argentina destacou que os espaços marítimos circundantes das Malvinas, onde estão os blocos em questão, bem como das ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, “são parte integrante do território nacional argentino, portanto, estando sujeitos às ações judiciais administrativas nos termos da lei argentina”.

Esse posicionamento destoou do acordo firmado com

o Reino Unido, em setembro de 2016: o Comunicado Foradori-Duncan. O acordo deu origem, de certa forma, às críticas sobre a ausência de posicionamentos que garantissem o domínio argentino sobre as ilhas. Dentre os 10 pontos do acordo destaca-se o relacionado ao Atlântico Sul, sobre a remoção “dos obstáculos que limitam o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável das Ilhas Malvinas, incluindo comércio, pesca, transporte marítimo e hidrocarbonetos”. Um ano antes, ainda na gestão Kirchner, a Argentina havia iniciado um processo judicial contra 5 petroleiras (*Premier Oil*, *Noble Energy*, *Falkland Oil and Gas*, *Rockhopper* e *Edison International*) que estavam prospectando no território em disputa.

Fernandez ainda não indicou quem será o responsável pela pasta das Relações Exteriores, contudo, o futuro ministro precisará adequar a agenda internacional argentina, equilibrando interdependência e interesse nacional. Buscando reviver o anseio soberano pelas Malvinas, o cenário de desintegração regional será o “primeiro desafio” da nova gestão, que participará em dezembro, antes da posse, da Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados.



Trudeau garante a vitória, mas não o governo majoritário

Jéssica Barreto

Em 21 de outubro de 2019, ocorreu a 43ª eleição legislativa canadense, com o Partido Liberal garantindo a continuidade de Justin Trudeau como primeiro-ministro. Apesar disso, o partido não conseguiu atingir a marca de 170 assentos para garantir maioria absoluta na *House of Commons*. Contando com 157 assentos, a vitória do Partido Liberal foi conquistada no decorrer de uma campanha difícil, envolta em uma série de escândalos, incluindo uma denúncia de interferência em caso de corrupção do grupo *SNC-Lavalin* na Corte.

Nessas eleições, seu principal rival foi Andrew Scheer, do partido Conservador, que incessantemente acusou Trudeau de passar uma imagem que não condiz com a verdade e de não ter conduzido de forma efetiva a política externa do país, remetendo ao posicionamento do governo às prisões de dois canadenses na China. Entretanto, o opositor se mostrou desconfortável ao lidar com perguntas sobre aborto, mudanças climáticas e casamentos homossexuais, pautas que o fizeram perder votos. O partido *New Democrats* ficou com a quarta posição, com 24 assentos. Sendo liderado por Jagmeet Singh, um *sikh* filho de imigrantes, o partido deverá ser

o balanço de poder necessário para os liberais dentro do Parlamento.

Dentre outros tópicos, políticas voltadas para as mudanças climáticas tiveram um grande espaço na campanha eleitoral de Trudeau. Apesar de manter seu apoio ao projeto de expansão do oleoduto *Trans Mountain*, o primeiro-ministro, um dos grandes críticos à saída dos EUA do Acordo do Clima de Paris, defende a necessidade de ações globais mais incisivas para garantir o futuro das próximas gerações.

Outro ponto relevante foi a ideia de reforma do sistema de aquisição de defesa. Atualmente, o processo envolve três departamentos e uma secretaria que participam sem que haja uma hierarquia entre estes. Muitos apontam que essa abordagem multidepartamental faz com que não haja alguém a ser responsabilizado pelos problemas dessas compras. Além disso, esse processo é muito longo, por necessitar da aprovação de todos os órgãos em diversas etapas, além de ser um processo custoso. Assim, o governo Trudeau quer criar um único órgão responsável por essas grandes compras, mas não há ainda muitos detalhes de como isso seria feito.

Violência no México acentua-se ante o Estado incapaz de lidar com ela

Victor Cabral

Em 17 de outubro de 2019, ocorreu no México um novo capítulo da guerra às drogas. Ovidio Guzmán, filho de Joaquín "El Chapo" Guzmán, foi preso por narcotráfico pelo Exército mexicano e seria extraditado para os Estados Unidos, onde está sendo processado, assim como seu pai, que cumpre prisão perpétua. Em represália, traficantes do Cartel de Sinaloa aterrorizaram a população da cidade de Culiacán com ataques armados contra as forças de segurança mexicanas.

Mesmo com o enfraquecimento do Cartel por disputas internas, os narcotraficantes conseguiram gerar a principal crise política e de segurança pública da presidência de López Obrador. O Exército havia conseguido prender Ovidio, mas o libertou por ordens presidenciais após ameaças à população local e cenas de violência nas mídias sociais. A decisão de Obrador contra a violência dos "chapos" coloca o México numa situação em que, talvez, o poder do Estado já não seja páreo para o dos narcotraficantes.

Porém, os casos de violência de gangues não atingem apenas os mexicanos, mas também os migrantes centro-americanos que aguardam no país a resolução de suas solicitações de refúgio para os Estados Unidos. Desde o acordo de EUA e México para barrar migrantes em troca de não-taxação de importações ([Boletim 96](#)), mais de

51 mil solicitantes de refúgio estão no país, vivendo em abrigos temporários construídos junto ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Segundo os Médicos Sem Fronteiras, 60% dos migrantes que pedem auxílio psicológico já foram vítimas de sequestros e extorsões financeiras por criminosos em conluio com policiais, permanecendo no histórico de violência do qual fogem da América Central. >>



Apesar de Honduras e El Salvador figurarem entre os países mais violentos e perigosos da América Central, seus nacionais são menos reconhecidos como refugiados pelos EUA, em razão da proximidade ideológica de seus governos ao do presidente Donald Trump. Em contrapartida, venezuelanos e nicaraguenses, que fogem das violações de direitos humanos perpetradas pelos seus

governos, acabam sendo reconhecidos como refugiados mais facilmente. A demora na permanência desses migrantes no México, por não serem reconhecidos pelos EUA, os expõe à insegurança da qual o Estado mexicano não consegue livrar a própria população, podendo levar a uma crise humanitária no país.

ÁFRICA SUBSAARIANA

O reflexo da instabilidade política na segurança marítima na costa oeste africana

Isadora Jacques

No dia 04 de novembro de 2019, quatro tripulantes de um navio petrolífero grego foram sequestrados na costa do Togo. Dois dias antes, um navio de carga norueguês foi vítima do mesmo crime na costa do Benim. Os ataques ampliam o número de incidentes ocorridos no Golfo da Guiné este ano. O temor causado pelos frequentes ataques desestabiliza a economia do mar e desencoraja o desenvolvimento do setor energético nessa sensível região, que conta com a presença econômica de importantes atores extrarregionais, como França, EUA e Reino Unido, por meio, respectivamente, da *Total*, *ExxonMobil* e *British Petroleum*. A Nigéria é o principal país da região, sendo o maior produtor de petróleo da África, a maior economia e a maior população e, desta forma, tem buscado neutralizar qualquer iniciativa de intervenção externa.

A região do Golfo da Guiné é relevante para o vigor da economia da África Ocidental, no entanto, sofre com o crescimento da pesca ilegal, poluição marinha, tráfico de drogas e armas, além dos sequestros de pessoas e apresamento de navios destinados à extração do petróleo. Apesar dos índices de pirataria terem decaído em relação a 2018, permanecem consequências danosas para a economia local ([Boletim 99](#)). A questão substancial da problemática, entretanto, não se resume apenas à falta de

estratégias punitivas eficientes ou de infraestrutura das Marinhas locais.

É notável que a raiz do problema está intimamente interligada à falta de políticas sociais voltadas às comunidades costeiras da região, já que a maioria dos habitantes de Estados como Costa do Marfim, Benim e Togo vivem em condições rurais, submetidas à condições sanitárias insalubres e apresentam baixo índice de desenvolvimento humano. Portanto, nenhuma remediação nos setores de segurança será suficiente para amenizar a instabilidade econômica e política desses países e o conseqüente abandono sofrido pela população que habita essas regiões costeiras.

É necessária uma política de cooperação e consolidação de alianças entre líderes estatais, para realizar o planejamento de um esquema de projeção de poder e incremento das políticas públicas nesses países. Desta forma, seria benéfico associar medidas de expansão nos setores de segurança marítimos, ampliar projetos que visam diminuir a desigualdade social nas regiões costeiras daqueles que são banhados pelo Atlântico na parcela ocidental africana e, paralelamente, dinamizar a diplomacia naval no Golfo da Guiné para a contenção de crimes como sequestro e tráfico na região.



Aumento da presença militar da OTAN nos Bálticos: nova Guerra Fria com a Rússia?

Melissa Rossi

No final de outubro de 2019, aproximadamente 500 militares americanos chegaram à Lituânia para participar de diversos exercícios militares com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a poucas horas do fortemente armado enclave ocidental russo de Kaliningrado. A presença militar da OTAN tem se intensificado nos Bálticos e na Polônia desde a invasão russa na região de Donbass no leste da Ucrânia e a anexação da península da Crimeia em 2014.

Localizado entre a Polônia e a Lituânia, Kaliningrado é uma província ou *oblast* da Federação Russa, mas não tem ligação terrestre com o país. Atualmente, para Moscou, a vantagem estratégica de possuir este enclave ocidental é o fato de o território estar localizado entre dois países da União Europeia (UE), o que permite a mobilização estratégica de forças militares russas no coração da Europa, além de ter um porto no sul do Báltico que não se congela durante o inverno, sede da Esquadra do Báltico.

Como já mencionado, a política externa da Rússia tem se revelado expansionista com a anexação da Crimeia, porém a preocupação da OTAN com a

região dos Bálticos pode ser questionada. É notável a fragilidade geográfica dos Bálticos, ligados ao restante da Europa por uma pequena faixa de terra, conhecida como o corredor de Suwalki. Esta fronteira entre Polônia e Lituânia, de aproximadamente 90 km, é limitada a oeste por Kaliningrado e a leste pela Bielorrússia, deixando uma passagem estreita para os exércitos da OTAN. Contudo, a probabilidade de uma invasão russa é pequena. Qualquer tentativa de anexação dos Bálticos, hoje Estados-membros da OTAN e da UE desde 2004, seria uma declaração de guerra direta não somente à Europa, mas também aos Estados Unidos.

O aumento de tropas e armamentos dos dois lados nos remete ao famoso dilema de segurança: uma corrida armamentista baseada na desconfiança mútua que faz um conflito, que era pouco provável inicialmente, ampliar a quantidade de armamentos posteriormente. O aumento de tropas da OTAN nos países Bálticos é uma escalada de tensões perigosa e questionável, pois a ação é vista pelo Kremlin como uma ameaça. Os países mais vulneráveis à intervenção militar russa estão bem mais a leste, como a Ucrânia e Geórgia.



Italexit: seria a Itália a próxima?

Glauce Kerolin

O dia 23 de outubro de 2019 foi o prazo para que a Itália enviase a proposta de redução de sua dívida externa à Comissão Europeia. Entretanto, assim como ocorreu em 2018, o documento não foi aprovado, pois, segundo a União Europeia, o plano não respeita a meta de redução da dívida para 2020. De acordo com Pierre Moscovici, responsável pelos assuntos econômicos e financeiros da organização, o governo italiano precisa apresentar informações mais claras sobre o equilíbrio estrutural e a evolução das despesas públicas, para que se chegue a uma avaliação final a respeito da Lei do Orçamento.

Mediante a presente conjuntura da Europa, constata-se que o processo de saída do Reino Unido da União Europeia vem gerando efeito *spillover* em outros países do continente, que passaram a questionar os reais ganhos e desvantagens que o bloco pode proporcionar. Mesmo ainda em andamento, o Brexit coloca em risco a continuidade da organização, pois o déficit de membros enfraquecerá seus pilares institucionais. Apesar de a Itália ameaçar levar adiante o projeto Italexit, ao contrário do Reino Unido, o país possui garantias constitucionais mais incisivas que dificultariam o processo: no Reino Unido,

o processo de saída da UE se iniciou por um referendo; caso ocorresse na Itália, o processo decisório ficaria sob a égide do Congresso Nacional.

Tratando-se da terceira maior economia da zona do euro, o desenrolar político italiano, em maio de 2018, abalou os mercados globais. A suposta saída da Itália da União Europeia seria uma forma de contornar os desdobramentos políticos e as multas ligadas à dívida. À luz dessa ótica, pode-se concluir que, comparado ao Brexit, o Italexit possui impactos mais estrondosos, que gerariam fortes repercussões no mundo do sistema financeiro. Além das diferenças cambiais que poderão existir entre os países europeus com a saída da Itália, o próprio euro poderia ser enfraquecido. Indubitavelmente, os fundos pagos para o orçamento europeu pela Itália contribuem veementemente para o financiamento de programas e projetos em todos os países do bloco.

Logo, para a União Europeia, há um dilema: da mesma forma que a organização deseja manter seus membros no bloco para garantir sua sobrevivência, não é profícuo manter uma Itália endividada e descompromissada em dirimir seus problemas internos.

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Revolução de Outubro: o bloqueio do porto à luz das manifestações iraquianas

Shakila Ahmad

Em 1º de outubro de 2019, protestos eclodiram no Iraque devido à falta de empregos, serviços e infraestrutura, depois de décadas de conflito, sanções e corrupção. No quadro geral, os iraquianos foram às ruas exigir a transformação de todo o sistema governamental. Nesse contexto, confrontos entre as forças de segurança e manifestantes antigovernamentais estouraram em Bagdá, enquanto as autoridades iraquianas enfrentam a maior crise do país em anos.

À luz desse cenário, no dia 02 de novembro de 2019, manifestantes iraquianos bloquearam as estradas que levam ao principal porto do Iraque, *Umm Qasr*. Localizado ao sul do país, o porto abriga um terminal de petróleo e recebe grande parte das importações de alimentos e medicamentos do Iraque. A entrada do porto foi bloqueada por manifestantes durante dias, impedindo que caminhões que transportam mercadorias entrassem na instalação ou dela saíssem, além de interromper operações marítimas internacionais no local. De acordo com o governo local, esse acontecimento custou US\$ 6 bilhões, o que causou grande impacto na economia iraniana.

Um fator importante deve ser considerado: sabe-se

que o Iraque é o segundo maior produtor de petróleo da OPEP, mas uma em cada cinco pessoas vive na pobreza e o desemprego juvenil é de 25%, segundo o Banco Mundial. Além disso, o Iraque é o 12º país mais corrupto do mundo, de acordo com a *Transparency International*. Os manifestantes, principalmente jovens desempregados, exigem uma revisão do sistema político e o afastamento de uma classe dominante, em sua maioria corrupta, que domina as instituições estatais desde a derrubada de Saddam Hussein, em 2003. Para isso, as demandas dos manifestantes incluem a renúncia do governo, além de rejeitarem a interferência estrangeira no Iraque, que há muito é flagrante entre seus dois principais aliados e rivais internacionais: Estados Unidos e Irã.

Por um lado, o presidente do Iraque, Barham Salih, anunciou que convocará eleições antecipadas assim que uma nova lei for implementada. Por outro, há pouca estrutura em torno da interação entre os manifestantes e o governo, abrindo uma ampla gama de possibilidades. A consequência direta desse contexto é vista na medida em que pelo menos 300 pessoas foram mortas e milhares feridas pelas forças de segurança nacional.

A Arábia Saudita é atualmente o terceiro maior produtor mundial de petróleo, atrás dos Estados Unidos da América e da Rússia, sendo detentora da segunda maior reserva comprovada, superada apenas pela Venezuela, e o maior exportador desse recurso no planeta, segundo o *British Petroleum Statistical Review of World Energy 2019*.

Além disso, estima-se que a Arábia Saudita possua uma capacidade de produção ociosa de cerca de 2 milhões de barris de petróleo diários, o que permite uma rápida resposta em períodos de pico ou colapso de preços e o que a torna o *swing producer* do mercado internacional de petróleo, que significa a capacidade de um produtor de uma determinada *commodity* de influenciar o mercado, em conjunto com outros produtores, ajustando os preços e aumentando ou diminuindo sua produção interna.

A teoria do *swing producer* considera duas formas de atuação dos atores com essa competência: o modo estabilizador e o modo coercitivo. Normalmente, os sauditas operam no modo estabilizador, formulando, cumprindo e apoiando cotas de produção estabelecidas pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo. No entanto, eventualmente, mudam para o modo

coercitivo, abandonando as cotas e aumentando sua produção para inundar o mercado, forçar os preços para baixo e disciplinar os outros produtores. Aliado a isso, é possível afirmar que a Arábia Saudita também opera no modo repositivo, preenchendo o vácuo de oferta de produtores incapacitados de suprir o mercado, especialmente quando estão envolvidos em conflitos armados.

Além de atuar como *swing producer*, o petróleo também é utilizado como instrumento de poder, com o qual os sauditas podem promover embargos, cortando o fornecimento para países não amigos ou desalinhados com sua política externa, e agir com benevolência, negociando seu produto com um valor inferior ao praticado no mercado para países aliados, em troca de benefícios futuros.

Alguns dos principais desafios para a diplomacia do petróleo saudita são a disputa de mercado com o óleo de xisto americano e o petróleo russo; ataques terroristas ou militares à infraestrutura petrolífera nacional; e, principalmente, o crescimento da demanda interna, que reduz a margem de manobra da capacidade ociosa do país e sua capacidade de atuação como *swing producer*.

RÚSSIA & Ex-URSS

A visita do presidente cubano a Moscou e a expansão russa na América Latina

Pérsio Glória de Paula

No dia 29 de outubro de 2019, o presidente cubano Miguel Diaz-Canel realizou uma visita a Moscou para se encontrar com o presidente russo Vladimir Putin e outras autoridades russas. Além de reforçar o papel geoestratégico de Cuba na região, este encontro também abordou a ampliação das relações bilaterais em outras áreas, em consonância com os interesses russos em expandir suas atividades para além do escopo militar.

Nesse encontro, tiveram destaque as discussões sobre os setores energético, robótico, alimentício e biotecnológico, visando incrementar a atividade industrial dos dois países. O aumento da presença russa na economia cubana acompanha uma atuação similar do país na Venezuela, onde houve uma expressiva expansão da presença de empresas de óleo e gás russas e do auxílio militar. Junto com Venezuela e Nicarágua, Cuba é uma parceira estratégica para a Rússia no hemisfério ocidental. A América Latina possui um peso geopolítico diferenciado, já que a proximidade geográfica dos Estados Unidos a torna um ponto de pressão e barganha contra investidas estadunidenses no “exterior-próximo” russo.

Contudo, além dos laços com esses parceiros por interesses geopolíticos e históricos marcados pelo antagonismo aos EUA, a Rússia tem investido também em outros países da região. O país oferece oportunidades atrativas em áreas estratégicas em que possui expertise, como os tradicionais setores da indústria de defesa e energética. Não obstante, a novidade está na intensificação dos tratados de cooperação nos setores nuclear e espacial.

No setor espacial, a Rússia planeja expandir a infraestrutura de apoio para seu sistema de geolocalização espacial, o *Glonass*. Para isso, as autoridades russas se mostram dispostas a cooperar com países que aceitem sediar bases terrestres desse sistema. Fica em evidência a parceria do país com a Argentina, que receberá instalações terrestres russas, tendo assinado, no início de outubro, um novo acordo de cooperação espacial. Na área nuclear, os destaques recentes são um acordo com a Bolívia, que prevê a construção de um mini reator para fins medicinais e científicos, e a própria reunião com o presidente cubano, já que a discussão sobre o desenvolvimento energético abordou tanto os setores de óleo e gás quanto o nuclear.

O crescimento dos portos árticos russos

Segundo estimativas do *Association of Russian Seaports*, no período compreendido entre janeiro e setembro deste ano, o volume de remessas nos portos árticos russos tem aumentado exponencialmente. Em comparação com o ano passado, houve um crescimento de 17,5%, um total de 78,6 milhões de toneladas de carga. Esse fenômeno tem sido observado em praticamente todos os principais portos da costa norte da Rússia.

O crescimento mais expressivo provém do porto de Sabetta, localizado na península de Yamal, chegando a um aumento de mais de 100% nos primeiros nove meses de 2019. Foram movimentados em Sabetta 20,7 milhões de toneladas de mercadorias, grande parte impulsionada pelo embarque de gás natural liquefeito por meio da planta *Yamal LNG*, da empresa russa *Novatek*.

Ademais, na baía de Kola, o porto de Murmansk apresentou um aumento de 2,8% em relação às remessas do mesmo período em 2018. A movimentação de 46,4 milhões de toneladas inclui produtos como carvão, materiais de construção e materiais processados. Além deste, o terminal de Varandey experimentou um aumento para 5,4 milhões de toneladas. Localizado na costa do Mar de Pechora, o terminal pertence atualmente à empresa petrolífera russa *Lukoil*, a qual opera em campos de petróleo na área de Timan Pechora.

Tendo isso em vista, os dados do presente ano representam uma resposta positiva ao ambicioso plano russo de construção em infraestrutura regional e de desenvolvimento de recursos naturais no Ártico. O Projeto Quinquênio, estimado em US\$ 82 bilhões,

Luiza Guitarrari

equivale ao orçamento federal em educação e saúde. Desse modo, o alto investimento demonstra a preocupação russa em explorar sua principal fonte de recursos naturais, defendendo, assim, seus interesses econômicos e fornecimento da segurança nacional a partir da importância estratégica na região.

A expectativa ainda inclui a perspectiva de cumprir os denominados *May decrees* do presidente Vladimir Putin, que visam ampliar o transporte marítimo na Rota Norte para 80 milhões de toneladas de mercadorias até o ano de 2024. Os planos do Ártico russo, portanto, dependem de iniciativas ostensivas em novas infraestruturas, como construção de gasodutos, ferrovias e desenvolvimento de aviação. Conseqüentemente, tudo deve ser centrado em torno da Rota Norte, destacada como uma das prioridades nacionais da gestão do presidente russo.



LESTE ASIÁTICO

Força Marítima de Autodefesa do Japão no Oriente Médio

João Pedro Grilo

No dia 18 de outubro de 2019, o secretário geral do Gabinete japonês, Yoshihide Suga, declarou que o governo nipônico planeja enviar duas embarcações de sua Marinha para o Oriente Médio. Ainda não há consenso acerca do local de envio, porém o Golfo de Omã e a parte leste do Estreito de Bab el-Mandeb, que liga o Mar Vermelho ao Golfo de Áden, apresentam-se como as favoritas. Em encontro realizado no dia 23 de outubro, Akihiro Tsuchimichi, membro do Ministério da Defesa, afirmou que há possibilidade de a missão adquirir um caráter militar, proporcionando o uso de armamentos para a proteção de navios japoneses, caso a situação na região se agrave.

A proposta supracitada tem provocado receio de alguns grupos domésticos como o Partido Democrático Constitucional do Japão, cujo temor fundamenta-se na utilização de operações de investigação e pesquisa como um instrumento do atual governo para realizar futuras missões navais e, desse modo, possibilitar uma atuação militar japonesa mais ativa no exterior. No âmbito

da política externa, a situação mostra-se ainda mais complicada, pois a decisão japonesa poderá impactar em suas relações com os Estados Unidos e com o Irã, ambos parceiros tradicionais do país. Por um lado, o envio da Marinha é interpretado como uma tentativa de reforçar a importância da aliança com os Estados Unidos, principalmente frente à pressão sofrida pelos japoneses para sua participação na coalizão militar norte-americana de patrulha no Estreito de Ormuz, e de garantir a livre passagem e estabilidade de uma de suas principais rotas comerciais, responsável pelo fluxo de grande parte do gás natural e do petróleo consumido pelo país. Contudo, tal política pode ser mal recebida pelo governo iraniano e por seus aliados, de modo a dificultar a manutenção da independência energética japonesa.

Em paralelo, é essencial que o Japão utilize seu capital diplomático para tentar mediar a relação entre ambos os países como tem feito desde junho do corrente ano. Porém, se essa abordagem continuar infrutífera e a tensão escalar na região, o governo japonês dificilmente conseguirá preservar sua neutralidade.

Conferência da Marinha indiana discute a importância do Índico e da modernização naval

João Miguel Villas-Bôas

No final de outubro de 2019, ocorreu a segunda “Conferência dos Comandantes Navais” da Marinha indiana, que discutiu o futuro da Força e sua urgente modernização e adequação aos desafios contemporâneos. A assimilação de novas tecnologias, como inteligência artificial e *big data*, foram os principais tópicos discutidos. O chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante Karambir Singh, enfatizou a necessidade de se ter um poder naval operacional e moderno, capaz de responder às demandas geopolíticas do país no Índico. O ministro da Defesa, Rajnath Singh, também discursou e sublinhou a missão da Marinha indiana de proteger os interesses marítimos do país e aproveitar os recursos disponíveis para ampliar seu poder naval.

A conferência surgiu como uma necessidade de dar apoio à coordenação de um plano estratégico marítimo que possa responder às ameaças chinesas no Índico. Com efeito, é bem sabido que a Marinha chinesa é consideravelmente superior à indiana e conta com um crescente gasto para a manutenção do *status quo* naval regional. No caso indiano, os gastos com Defesa (US\$ 66,5 bilhões), especialmente com a Marinha, é bem inferior ao do vizinho e com uma projeção de módico

aumento no longo prazo. É importante ressaltar que, mesmo com o aumento das tensões regionais com o Paquistão, que anunciou que elevará em mais de 4% seus gastos com Defesa, a participação da Marinha indiana no orçamento da Defesa é de apenas 13%.

A despeito do plano de modernização dos dispositivos de defesa indiano, que prevê um gasto de US\$ 130 bilhões nos próximos anos, o país ainda terá grandes dificuldades em conter o apetite geoeconômico e geopolítico chinês no Índico e entorno. Está claro que o grande desafio indiano é conseguir equalizar os problemas estruturais sociais e as ameaças geopolíticas. Mesmo com um crescimento econômico robusto de 7,3%, neste ano, o país não está conseguindo traduzi-lo em aumento proporcional do seu poder militar.

Se o Índico é o grande tabuleiro de prioridade geopolítica do país, sendo por ele que grande parte da sua riqueza é exportada, é urgente que se altere a percepção dos gastos com Defesa, principalmente os da Marinha. A Índia precisa modernizar e efetivamente robustecer seu poder naval para fazer frente às ameaças regionais, porém isso é uma decisão política que precisa ser amadurecida e valorizada.



Fonte Hit Brother

Parceria energética Índia-Arábia Saudita

Marina Corrêa

Desde a reeleição do primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, várias visitas aos países vizinhos foram feitas para estabelecer parcerias e cooperação em alguns setores, seja energético, como o caso dos Emirados Árabes Unidos, seja no de tecnologia de defesa, como ocorreu nas Maldivas. Durante os dias 29, 30 e 31 de outubro deste ano, Modi esteve na Arábia Saudita para participar da terceira edição da Iniciativa de Investimento Futuro. Sua visita ao Reino também foi necessária para o seu encontro com o príncipe herdeiro Mohammed Bin Salman, tendo como pauta o debate a respeito de uma cooperação mais estreita.

Após as sanções impostas ao Irã pelos Estados Unidos (Boletim 85), a Índia se viu com a necessidade de buscar alianças energéticas em outras regiões, ainda mais, dependendo de aproximadamente 80% da importação de petróleo para o consumo doméstico. Desde 2016, aumentou a sua aproximação com o país saudita e, em fevereiro do presente ano, Bin Salman visitou a Índia e estabeleceram o Conselho de Parceria Estratégica. De mais a mais, a Arábia Saudita haveria concordado em ser membro da Aliança Solar Internacional, haja vista que é um país rico em energia solar, capaz de promover esse

recurso.

O principal centro financeiro saudita, Riad, vê a Índia como uma das oito principais potências para o estabelecimento de parcerias estratégicas. Além disso, dois acordos foram firmados entre os países, sendo o principal deles a criação da segunda instalação de reserva de combustível em Karnataka, projeto entre as empresas *Indian Strategic Petroleum Reserve Ltd* e a *Saudi Aramco*. Além destes acordos, Nova Déli anunciou que até 2024 irá investir US\$ 100 bilhões em infraestrutura de petróleo e gás, aumentando a capacidade de refino e instalando novos oleodutos. Esse projeto torna-se importante, à medida que a Arábia Saudita é a maior exportadora de petróleo no mundo e o segundo maior vendedor de petróleo bruto para a Índia.

A questão da energia vem sendo cada vez mais presente nos projetos governamentais indianos, sendo importante destacar que essa busca por diversificação de parceiros energéticos dá-se, principalmente, por conta da necessidade de garantir maior estabilidade em segurança energética, fomentando também a economia, pois é preciso considerar o futuro indiano em face de seu crescimento populacional.

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

Filipinas: Defesa e Economia

No início de outubro foi realizada a edição anual dos exercícios militares navais entre as Forças Armadas filipinas, norte-americanas e japonesas. Essas aproximações em cooperação em Defesa entre as Filipinas e os Estados Unidos chamam atenção por gerarem certa “incompatibilidade” com o posicionamento declarado de Rodrigo Duterte, de afastar-se do Ocidente e priorizar as relações de seu país com a China.

A “linha de nove traços” é uma reclamação chinesa que declara algumas ilhas como parte de seu território e também as áreas marítimas que ultrapassam as estabelecidas Zonas Econômicas Exclusivas de alguns países. Essas áreas em litígio são ricas em pescado, óleo e gás. Com as Filipinas, a controvérsia abrange as Ilhas Spratly; em julho 2016 o ex-presidente filipino, Benigno Aquino III, levou o caso ao Tribunal de Haia que, posteriormente, deu razão à Manila. Entretanto, por seu caráter consultivo, as decisões da corte podem não ser acatadas, postura adotada pelos chineses então.

Mesmo sendo aliado histórico dos Estados Unidos, a chegada de Rodrigo Duterte ao poder no país significou um relativo afastamento em relação ao Ocidente, especialmente pelas polêmicas declarações do presidente»»

Thayná Fernandes



filipino e as vantagens trazidas pelos chineses com a iniciativa *Belt and Road*. Os projetos envolvidos nas negociações demandam grande necessidade de mão de obra, o que gera mais empregos e movimentação da economia, algo estrategicamente importante ao objetivo filipino de diminuir a taxa de desemprego em 17% até o fim do atual mandato.

Ainda que, economicamente, seja estratégico manter-se mais próximo dos chineses, quando se trata da área de Defesa, o quadro é um tanto diferente: embora Pequim venha se engajando em desenvolver exercícios conjuntos, doações de armamentos e empréstimos, justamente pelas

delicadas situações nos territórios disputados, essas parcerias não se aprofundam. Esse cenário é importante aos Estados Unidos e aliados como o Japão.

Embora o discurso de Duterte tenda a se manter voltado ao ambiente asiático, as parcerias militares de Manila-Washington são importantes principalmente ao se considerar os constantes imbróglis nas disputadas águas do Mar do Sul da China. Ainda que sua postura seja um tanto polêmica e Pequim tenha cada vez mais investido no país, é uma região central no Comando Indo-Pacífico norte-americano, sendo possível garantir certa proteção em relação a ameaças bélicas chinesas.

ÁRTICO & ANTÁRTICA

Austrália e China: um jogo de paciência no tabuleiro austral

A Austrália é, atualmente, um dos maiores obstáculos para os interesses chineses na Antártica, e ao mesmo tempo um importante parceiro estratégico. O posicionamento australiano facilita o acesso ao continente austral, sendo crucial para a logística da região, especialmente pela posição do porto de Hobart, utilizado pela China. Em 2014, os dois países firmaram um Memorando de Entendimento para Colaboração Antártica, com significativos investimentos chineses na região portuária de Hobart. Entretanto, durante a 38ª reunião da Comissão para Conservação dos Recursos Marinhos Vivos da Antártica (CCAMLR, na sigla em inglês), finalizada no dia 1º de novembro de 2019, os dois países entraram novamente em desentendimento quanto à criação da reserva marítima antártica.

Com um milhão de quilômetros quadrados, a área proposta se situa na Antártica Oriental, e, caso aprovada, será a maior reserva ambiental marítima já criada. Há oito anos, a Austrália (apoiada pela Nova Zelândia, França e União Europeia) tenta estabelecer tal zona de proteção, mas enfrenta vetos e táticas protelatórias de China e Rússia, que possuem interesses comerciais na região, em especial na pesca.

A área proposta coincide com a região reivindicada

territorialmente pela Austrália. Manter espaços marítimos livres da circulação de navios estrangeiros explorando águas próximas à sua região e se beneficiando de recursos marinhos vivos, tanto na Oceania, quanto na Antártica, é uma forma de controle sobre tais espaços sem burlar o Sistema do Tratado Antártico, utilizando-se do mesmo como apoio institucional. Do mesmo modo, a China propôs uma Área Antártica Especialmente Administrada (ASMA, em inglês) na região de Domo Argus (Domo A), ponto culminante da Antártica e próximo à sua estação de pesquisa, *Kunlun*. A criação da ASMA em Domo A também significaria dar à China a administração de um espaço importante na Antártica, cujo acesso é difícil e requer grande mobilização de recursos para se manter na região.

Para a Austrália, negociar uma região pela outra não é uma possibilidade. No entanto, ambos os países sabem que a Antártica não é um continente que suscitará conflitos imediatos, e ainda levará certo tempo até que o jogo de domínio regional travado pelos dois países se torne uma situação problemática. Até lá, os programas antárticos têm tempo para se organizarem e tentarem, aos poucos, controlar pequenas áreas, ainda que sob a égide do Tratado.

Gabriele Hernandez

- ▶ [The End of Neoliberalism and the Rebirth of History](#)
PROJECT SYNDICATE, Joseph E. Stiglitz
- ▶ [German Lessos: Thirty years after the end of history](#)
BROOKINGS, Constanze Stelzenmüller
- ▶ [Macron Goes to China: For Europe or for France?](#)
CARNEGIE EUROPE, Philippe Le Corre
- ▶ [Why are so many countries witnessing mass protests?](#)
THE ECONOMIST
- ▶ [Strait of Hormuz Security Coalition Stands Up HQ in Bahrain](#)
THE MARITIME EXECUTIVE
- ▶ [Five European navies rally around Cold War-era 'Channel Committee'](#)
DEFENSE NEWS, Sebastian Sprenger
- ▶ [Geopolitical Determinism](#)
GEOPOLITICAL FUTURES, George Friedman
- ▶ [3 Golden Rules for a Geopolitical Risk Team](#)
STRATFOR, Nicholas Krohley

CALENDÁRIO GEOCORRENTE

NOVEMBRO

24 Eleições presidenciais em Guiné-Bissau

24 Eleições distritais em Hong Kong

24 2º turno das eleições presidenciais do Uruguai

DEZEMBRO

03-04 Cúpula da OTAN, em Londres

05 Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados, no Brasil

10 Alberto Fernandez assume Presidência da Argentina

12 Eleições parlamentares no Reino Unido

12 Eleições na Argélia

12-13 Cúpula do Conselho Europeu

- **Argentina: o retorno das Ilhas Malvinas na política externa**

UNITED KINGDOM. [UK and Argentina joint communiqué: 13 September 2016](#). Foreign & Commonwealth Office, 14 set. 2016. Acesso em: 09 nov. 2019.

[Falklands oil industry warned by the Argentine government](#). Mercopress, 14 out. 2019. Acesso em: 04 nov. 2019.

- **Trudeau garante a vitória, mas não o governo majoritário**

BRITNEFF, Beatrice. [Canada Election: The 2019 results by number](#). Global News, 23 de Out. 2019. Acesso em: 24 out. 2019.

DAVIES, Charles. [The Liberal Party Election Platform: Has it found the "fix" for defence procurement?](#). CDA Institute, 07 de out. 2019. Acesso em: 21 out. 2019.

- **Violência no México acentua-se ante o Estado incapaz de lidar com ela**

HERNÁNDEZ, Anabel. [El Estado mexicano sometido al Cartel de Sinaloa](#). DW, 22 out. 2019. Acesso em: 09 nov. 2019.

ROBINSON, Andy. [Miedo a quedarte en México](#). La Vanguardia. Monterrey, México, 09 nov. 2019. Acesso em: 09 nov. 2019.

- **O reflexo da instabilidade política na segurança marítima na costa oeste africana**

KENNEDY, R; HOLRYOD, M. [Pirates kidnap crew of two European-flagged ships in Gulf of Guinea](#). Euronews, 04 nov. 2019. Acesso em: 07 nov. 2019.

[Piracy In The Gulf of Guinea The Evil That Affects Trade](#). Maritime Herald. Maritime Herald, 25 out 2019. Acesso em: 08 nov. 2019.

- **Aumento da presença militar da OTAN nos Bálticos: nova Guerra Fria com a Rússia?**

HAMILTON, Robert E. [NATO in the Baltics: Detering Phantom Threats?](#). Foreign Policy Research Institute, 16 jul. 2018. Acesso em: 04 nov. 2019.

LARTER, David B. [On the Borders of Putin's Baltic fortress. Lithuania cheers local buildup of US forces](#). DefenceNews, 14 out. 2019. Acesso em: 05 nov. 2019.

- **Italexit: seria a Itália a próxima?**

[Manovra. Conte: La lettera di Bruxelles è normale interlocuzione com la Eu](#). RAI NEWS, 22 out. 2019. Acesso em: 23 out. 2019.

FINGLETON, Bernard. [Italexit, is it another Brexit?](#). Journal of Geographical Systems, 10 jul. 2019. Acesso em: 04. nov. 2019.

- **Revolução de Outubro: o bloqueio do porto à luz das manifestações iraquianas**

[Iraqi protesters block major port near Basra as unrest continues](#). Al Jazeera, 02 out. 2019. Acesso em: 05 out. 2019.

OLLIVANT, Douglas. [As Iraq's demonstrations continue, what comes next?](#). Al Monitor, 05 nov. 2019. Acesso em: 06 out. 2019.

- **Diplomacia do petróleo da Arábia Saudita**

MORECROFT, John D. W. **Strategic Modelling and Business Dynamics: A Feedback Systems Approach**. 2. Ed. John Wiley & Sons, 2015.

MORECROFT, John D. W.; VAN DER HEIJDEN, Kees A. J. M.

Modelling the oil Producers - Capturing oil industry knowledge in a behavioural simulation model. In:

European Journal of Operational Research, Vol. 59, Issue 1, May 1992, p. 102-122.

- **A visita do presidente cubano a Moscou e a expansão russa na América Latina**

RUSSIA. [Talks with President of Cuba Miguel Diaz-Canel Bermudez](#).

Kremlin, Events, President of Russia, 29 out. 2019. Acesso em: 09 nov. 2019.

[Russia, Argentina sign agreement on space cooperation](#). Tass, 08 de out. 2019. Acesso em: 09 nov. 2019.

- **O crescimento dos portos árticos russos**

STAALESEN, Atle. [Big Growth in Russian Arctic ports](#). Barents Observer, 20 set. 2019. Acesso em: 11 nov. 2019.

STAALESEN, Atle. [Russia presents an ambitious 5-year plan for Arctic investment](#). Arctic Today, 14 dez. 2018. Acesso em: 11 nov. 2019.

- **Força Marítima de Autodefesa do Japão no Oriente Médio**

REIJI, Yoshida. [With hazy plan for SDF dispatch to Mideast, is Japan pursuing contradictory goals?](#). Japan Times, 29 out. 2019.

POLLMAN, Mina. [On Iran, Japan Faces a Difficult Decision](#). The Diplomat, 20 ago. 2019.

- **Parceria energética Índia-Arábia Saudita**

PANT, Harsh. [Why Riyadh reposes faith in Narendra Modi](#). DailyO, 31 out. 2019. Acesso em: 06 nov. 2019.

NINGTHOUJAM, Alvite. [India-Saudi Arabia Ties: scaling new Heights](#). The Diplomat, 28 out. 2019. Acesso em: 06 nov. 2019.

- **Conferência da Marinha indiana discute a importância do Índico e da modernização naval**

DEKA, Rifa. [India's stingy budget for its navy is not consistent with the country's security or economic objectives](#). South China Morning Post, 08 set. 2019. Acesso em: 2 nov. 2019.

THE ECONOMIC TIMES. [Three Days Naval Commanders Conference concludes](#). The Economic Times, 25 out. 2019. Acesso em: 6 nov. 2019.

- **Filipinas: Defesa e Economia**

[US, Philippine, Japanese forces conduct maneuvers](#). Associated Press, 14 out. 2019. Acesso em: 08 nov. 2019.

HEYDARIAN, Richard. [How tighter Philippines-US defence ties contradict Rodrigo Duterte's Beijing-friendly foreign policy](#). South China Morning Post, 20 out. 2019. Acesso em: 08 nov. 2019.

- **Austrália e China: um jogo de paciência no tabuleiro austral**

HAYES, Jessica. [Failure to agree on new Antarctic protection calls group's 'credibility into question'](#). ABC News, 01 nov. 2019. Acesso em: 09 nov. 2019.

READFEARN, Grahah. [Antarctic marine park: conservationists frustrated after protection bid fails for eighth time](#). The Guardian, 02 nov. 2019. Acesso em: 09 nov. 2019.